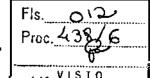


PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N.º 1.391, DE 17 DE MAIO DE 2007.



Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxas de remoção de poste em residências particulares, pela empresa detentora dos serviços de rede de energia elétrica no Município.

Autor: Ver. Aurimar Mansano

JOSÉ PEREIRA DE **AGUILAR**, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica expressamente proibida a cobrança de qualquer tipo de taxa e de custas de qualquer natureza relativas à remoção de poste pela empresa detentora de energia elétrica no Município.
- § 1º. O descumprimento desta Lei implica a multa de 10.000 VRMs (dez mil valores de referência do município), por unidade de infração, a ser cobrada administrativa ou judicialmente, permitida a compensação de créditos no pagamento da fatura de iluminação de logradouros públicos ou equivalente.
- § 2º. O processo administrativo de aplicação da multa terá início com a representação simples do interessado, acompanhada dos documentos comprobatórios da infração, seguindo, a partir daí, o rito do Código Tributário Municipal.
- Art. 2º Entende-se como remoção de poste, o pedido feito pelo consumidor, quando o mesmo estiver instalado em local que dificulte o acesso do morador ou a abertura do portão de entrada nas residências.

Parágrafo único. A remoção ordinária será processada obrigatória e impreterivelmente em até 90 (noventa) dias do pedido, e a extraordinária, assim entendida a remoção para desobstrução de entrada de garagem ou equivalente, será processada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do requerimento."

- Art. 3º O Poder Executivo comunicará a concessionária desse serviço, sobre essa proibição, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta Lei.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatubá, 17 de Maio de 2007.

JOSÉ PERÉIRA DE AGUILAR Prefeito Municipal